



GRUPO PARLAMENTAR

Exma. Senhora
Presidente da Comissão de Orçamento,
Finanças e Modernização Administrativa

Assunto: Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças sobre a estratégia do Governo no âmbito dos swap contratados entre empresas públicas e o Banco Santander Totta

Na passada sexta-feira foi tornado público, através de um comunicado do Banco Santander Totta, S.A., que o *High Court of Justice* de Londres decidiu favoravelmente às pretensões do Banco no processo por si iniciado maio de 2013 contra as empresas públicas Metropolitan de Lisboa, E.P.E., Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., Metro do Porto, S.A., e Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A., no âmbito de nove contratos de swap celebrados entre 2005 e 2007.

Estes contratos fazem parte de um conjunto alargado de contratos ruinosos celebrados enquanto aquelas empresas se encontravam sob tutela de um Governo liderado pelo Partido Socialista, os quais foram objeto, na anterior legislatura, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público.

Esta comissão concluiu que o então Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, Carlos Costa Pina, não deu acolhimento a recomendações da DGTF que permitiriam instituir um controlo apertado e rigoroso na celebração deste tipo de contratos, comportamento que *“em nada contribuiu para a eficaz contenção da situação de risco já então detetada, permitindo, ao invés, a proliferação deste tipo de instrumentos”*.

Mais concluiu a Comissão de Inquérito que *“Ao agir como agiu, ignorando ostensivamente as recomendações técnicas que lhe foram formuladas o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, Dr. Carlos Costa Pina não acautelou a salvaguarda do interesse público e a criteriosa gestão dos dinheiros públicos”*.



GRUPO PARLAMENTAR

O XIX Governo (PSD/CDS-PP), ao ser confrontado com a existência destes contratos, tomou diligências rápidas para analisar aprofundadamente e resolver o problema, pelo que, logo que conhecida a sua real dimensão e complexidade, bem como o grau de toxicidade dos contratos, delineou uma estratégia de negociação com os bancos envolvidos, procurando minimizar os danos gerados pela situação herdada.

Por ação daquele Governo, dezenas de contratos foram completamente encerrados, tendo sido possível chegar a acordo com nove bancos, gerando poupanças de 567 milhões de euros em juros ao longo dos próximos anos e reduzindo em 31% as responsabilidades potenciais.

O Banco Santander Totta foi a única instituição com a qual não foi possível chegar a acordo, tendo este optado por propor acção judicial no Tribunal de Londres, que constava dos respetivos contratos como jurisdição competente, para que declarasse todos os nove contratos válidos e vinculativos e para que condenasse as empresas públicas a pagar as verbas consideradas devidas e não pagas. Conforme já mencionado, a respetiva sentença, favorável ao Banco, foi conhecida no dia 4 de março, através de comunicado deste.

Nos últimos dias, diversos membros do Governo têm emitido declarações contraditórias sobre o rumo a seguir, não sendo claro se este irá optar pela via da negociação ou se pretende recorrer da decisão do Tribunal.

Neste contexto, o Grupo Parlamentar do PSD vem requerer a audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, a realizar com toda a brevidade após conclusão do processo orçamental, para prestar esclarecimentos sobre a estratégia do Governo na sequência da decisão do *High Court of Justice* de Londres sobre os nove contratos de swap celebrados entre 2005 e 2007 entre o Santander Totta e as empresas públicas Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., Metro do Porto, S.A., e Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A..

Assembleia da República, 8 de março de 2016

O Deputado,

António Leitão Amaro